

A FUNDAÇÃO DA APQC



ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES CIENTÍFICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FEVEREIRO DE 2017 por Natália P. Tiso de Melo

atualizado em DEZEMBRO 2022 por Patricia Bianca Clissa

40 ANOS DA APQC

Por ocasião do aniversário de 40 anos da APqC, em 2017, a Diretoria encomendou a produção deste material para a jornalista Luciana Barros* (Komunica Assessoria), que o produziu em parceria com a Historiadora *Natália P. Tiso de Melo***.

Consultando as ATAS de fundação, a historiadora coletou e organizou informações que resultaram neste valioso documento histórico. Na revisão final do documento, realizada em dezembro de 2022, importantes considerações realizadas por sócios fundadores foram incluídas, na forma de ADENDOS. A leitura deste material se faz obrigatória para compreender a importância da criação da APqC, bem como o seu papel na defesa da Carreira de Pesquisador Científico e das Instituições Públicas de Pesquisa Científica do Estado de São Paulo.

Boa leitura!

A FUNDAÇÃO DA APQC

SUMÁRIO

<u>A PRIMEIRA ASSEMBLEIA</u>	4
<u>A DIRETORIA</u>	5
<u>O ESTATUTO PROVISÓRIO</u>	5
<u>DIRETORIA PROVISÓRIA</u>	6
<u>A 1ª DIRETORIA</u>	9
<u>SÓCIOS FUNDADORES</u>	9
<u>OBJETIVOS DA APQC</u>	10
<u>A CLASSE OU AS INSTITUIÇÕES?</u>	12
<u>SIGLA E EMBLEMA</u>	13
<u>A CONJUNTURA HISTÓRICA</u>	15
<u>APQC E A LEI 125</u>	16
<u>APQC E O GOVERNO ESTADUAL</u>	17
<u>A QUESTÃO DOS DECRETOS DE RECLASSIFICAÇÃO</u>	17
<u>APQC: ESPAÇO DEMOCRÁTICO</u>	21
<u>A DEFESA DOS INSTITUTOS DE PESQUISA</u>	23
<u>O PAPEL DO PESQUISADOR CIENTÍFICO</u>	25
<u>MAIS UMA MISSÃO</u>	29
<u>ADENDO 1 - A SEMENTE PARA CRIAÇÃO DA APqC</u>	31

A FUNDAÇÃO DA APQC*

Natália P. Tiso de Melo**

A PRIMEIRA ASSEMBLEIA

Era 03 de maio de 1977, passava das 20h, quando

no auditório do Instituto Biológico, sito à Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 252, São Paulo, reuniram-se em assembleia alguns pesquisadores científicos do estado de São Paulo com o fim especial de fundar a sua Associação de classe¹.

Conforme consta no primeiro registro, no Livro de Atas de Assembleias Gerais¹, a Assembleia Constitutiva foi aberta pelo Prof. José Reis (1907-2002), então médico e pesquisador científico aposentado. Nascia a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo.

José Reis era figura muito respeitada, conhecido como o “pai da divulgação científica” no Brasil graças ao seu empenho em disseminar o conhecimento. Paralelamente à pesquisa acadêmica, ele redigia panfletos, escrevia para jornais e revistas, incentivava feiras e prêmios de ciências. **Tudo para estimular o interesse dos jovens pela ciência.** Seu trabalho foi reconhecido em vários prêmios internacionais. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e mentor da revista Ciência e Cultura. Seu nome é lembrado em um auditório do próprio Instituto Biológico – onde trabalhou por vários anos; dá nome também ao Núcleo José Reis de Divulgação Científica, na ECA/USP e, em 1978, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) instituiu o Prêmio José Reis de divulgação Científica ².

¹ *Ata da Fundação da APqC*. 03 de maio de 1977. Arquivos da APqC. Quanto ao endereço, o número atual do Instituto Biológico é 1252, possivelmente houve equívoco no registro da Ata, já que em ata de outubro do mesmo ano lê-se número 1252.

² REBOUÇAS, M.M; BACILIERI, S. *José Reis, vida e obra de um marco na divulgação científica*. Inst. Biol., v.1, n.1, jan./jun., 2005.

http://www.biologico.agricultura.sp.gov.br/docs/pag/v1_1/reboucas4.htm Acessado em 13/09/2016

Naquela noite de 1977, Prof. Reis mais uma vez liderava uma atividade da ciência para além do laboratório. Abriu a Assembleia e presidiu a mesa para, em seguida dar voz ao dr. Carlos Jorge Rosseto (1939) – então engenheiro agrônomo do Instituto Agrônomo de Campinas, que levava consigo a proposta de Estatuto que o grupo de Pesquisadores do IAC havia elaborado para ser votado na assembleia de fundação (Ver adendo).

Aposentado compulsoriamente em 2009, Dr. Rosseto, como é conhecido, permanece engajado na defesa da carreira e da pesquisa, e, no biênio 2014/2105 foi o 2º vice-presidente da APqC.

A DIRETORIA

O ESTATUTO PROVISÓRIO

Conforme indica a ata, havia já um “estatuto” previamente elaborado e que foi apresentado na assembleia constitutiva – embora ele não se encontre transcrito nem anexado no livro.

Entretanto, esse Estatuto provisório suscitou muitos debates, sugestões e necessidade de alterações, o que significou um impasse à sua aprovação na Assembleia Constituinte e, conseqüentemente, entrvando também a formalização da fundação da associação.

Diante disso, “foi então proposto que a fundação da Associação se fizesse independente da redação dos estatutos” (fig1)³. Em meio a muitas propostas, ficou acordado que tal estatuto seria considerado “provisório” e passaria por futura revisão, cuidadosa, a levar em conta todas as sugestões colocadas na constituinte.

Ver também: CANAL CIÊNCIA. “José reis” Disponível em: http://www.canalciencia.ibict.br/personalidades_ciencia/Jose_Reis.html Acessado em 13/09/2016

³ Ata Assembleia Constitutiva 03/05/1977, folha1, verso. In: livro Ata das Assembleias Gerais, (Livro 1)

aprimorar os estatutos apresentados. Prof. Reis achou que desse modo só se estaria transferindo o problema para a próxima assembleia, que seria melhor apresentar e discutir as ideias no momento. Foi então proposto que a fundação da Associação se fizesse independente da redação dos estatutos. Dr. Rosseto tomou a palavra para sintetizar as ideias que surgiram na assembleia: aprovar os estatutos como provisórios, que se não fosse legal seria formal; eleger uma comissão ou ainda eleger a primeira diretoria que se incumbiria de colher sugestões sobre o estatuto e organizar assembleia para a aprovação dos estatutos definitivos. Desse modo a

Por quem e como seria feita essa revisão?

Antes de darmos prosseguimento a tal indagação, abra-se um parêntese para pontuar o quanto a Assembleia Constituinte nutria-se do exercício democrático, conforme anotações das atas - ainda que sucintas e lacônicas, dada a própria natureza desse documento. A assembleia foi um evento aberto a divergências e críticas, sobre cada ponto a ser discutido. Na ata desta reunião, não houve qualquer registro de agressões ou conflitos pessoais. As regras sobre o encaminhamento da reunião foram erigidas e discutidas coletivamente; as propostas diversas foram encaminhadas, ouvidas, debatidas e votadas. Lideranças já despontavam e, essas também, sujeitas à aprovação dos presentes.

DIRETORIA PROVISÓRIA

Na Assembleia fundacional, houve debates e sucessivas votações para acertar detalhes burocráticos, dentre esses, o formato da gestão provisória: diretoria ou comissão, quantidade de membros, se haveria designação de funções ou não. Enfim, decidiu-se compor uma **Diretoria Provisória** para conduzir as primeiras tarefas. O Prof. José Reis, que havia aberto a Assembleia foi, de pronto, eleito Presidente da Diretoria Provisória por aclamação.

A essa diretoria, provisória, é que caberia, enfim, a responsabilidade de revisar e reescrever o Estatuto, bem como organizar as primeiras eleições. Para as eleições dos demais membros da Diretoria Provisória uma lista de nomes foi arrolada. Alguns indicados pediram para ser eliminados da lista, outros foram substituídos por não estarem presentes. Foram 9 indicados. Mas, a maioria dos pesquisadores optou por uma diretoria com apenas 5 membros, além do presidente. Deste modo, abriu-se a votação em cada nome da lista, prevendo que os 3 com menor número de votos seriam suplentes.

Assim, para assessorar o presidente da Diretoria Provisória, José Reis, os indicados submetidos à votação foram:

Sessenta e dois votos para dr. [Carlos Jorge] Rosseto, cinquenta e três para o dr. [Willy] Beçak (53 votos), quarenta e oito para dr. [Oswaldo] Fidalgo, quarenta e seis para Dra. Walkyria [Hunold Lara] e trinta e seis para o Dr. [João Adelino] Martinez (36 votos), trinta e três para Dra. Heloísa [Maria Godinho], vinte e um para Dr. [José] Bertoni (21 votos) e nove votos para dra. Zoraide [Martins] (9 votos)⁴

Essa primeira ata, datada de 03/05/1977, foi redigida por Vera Lucia Bononi de Camargo Penteadó, que assinou como “primeira secretária da assembleia de constituição da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo”.

⁴ *Ata da Fundação da APqC*. 03 de Maio de 1977, folha 4, frente.

7

finalmente a última proposta de Dra Walkyria Lara:
 "... se destina a defesa da classe dos pesquisadores e
 da pesquisa científica desenvolvida nos Institutos de
 pesquisa abrangidos pela lei ...". Nada mais havendo a
 tratar o Sr. Presidente, declara encerrada a sessão. E
 para constar, eu, Vera Lucia Bononi de Camargo Penteado,
 secretária da assembleia de constituição da Associação
 dos Pesquisadores Científicos do Estado de São
 Paulo, lavrei a presente ata que vai assinada por
 mim, pelos membros da Diretoria provisória e por
 todos os pesquisadores científicos presentes. São Paulo,
 terceiro dia do mês de maio de mil novecentos e
 setenta e sete. *APQ C* todo.

A relação dos sócios fundadores se inicia na
 página 9 verso e segue até a página 14 frente.

Carlos Jorge Rosseto Secretário da APQ C
Walter Vice-Presidente de APQ C
Walter 2º Vice-Presidente da APQ C
J. G. G. G. 2º Secretário
J. G. G. G. 1º Tesoureiro
J. G. G. G. 2º Tesoureiro
J. G. G. G. Coordenador do Centro de Habitação

Na ata de 03/07/1977, além da assinatura de Vera Lucia Bononi de Camargo Penteado (imagem acima), há outras assinaturas. Ao contrário do que se poderia imaginar, tais assinaturas não correspondem aos nomes da Diretoria Provisória que acabavam de ser eleitos na Constituinte. Então, de quem seriam essas assinaturas?

Lê-se, logo abaixo de Vera Bononi, o nome e assinatura de Carlos Jorge Rosseto, como “secretário da APqC.” Comparando as assinaturas e cruzando informações documentais, concluímos que se tratam, na verdade, das assinaturas dos membros da 1ª Diretoria, que fora eleita apenas em outubro, ou seja, cinco meses depois da Assembleia Constituinte. As assinaturas, foram, provavelmente, adicionadas posteriormente à escritura da Ata.

A 1ª DIRETORIA

A eleição da 1ª Diretoria aconteceu no dia 03 de outubro de 1977. Estavam presentes 71 associados, e 65 votaram por correspondência⁵. A única chapa inscrita, “chapa Prof. Reis”, fora eleita com 132 votos “sim”, 4 “não” e nenhum voto em branco ou nulo.

É provável que, tão logo tomou posse, essa 1ª Diretoria tenha organizado os documentos e revisitado as Atas lavradas anteriormente. Por isso, a 1ª Diretoria deve ter anotado e assinado na ata da Assembleia Constituinte de 03 de maio, comentada acima, referendando e ratificando-a. Nota-se, inclusive, a diferença da cor da tinta da caneta, e as anotações ao final da ata trazem indicações sobre a paginação do livro; rasuras das linhas em branco, e as assinaturas correspondem aos seguintes nomes:

Carlos Jorge Rosseto – Secretário da APqC

Oswaldo Fidalgo – vice-presidente da APqC

José Bertoni - 2º vice-presidente

José Paulo Lacerda - 2º secretário

João Adelino Martinez - 1º tesoureiro-

Heloisa Maria Godinho – 2ª tesoureira

Linda Nahas⁶ - Coordenador do centro de debates

Assinaturas e nomes que correspondem, enfim, à composição da 1ª Diretoria eleita da APqC, que também teve dr. Reis como Presidente.

SÓCIOS FUNDADORES

A Assembleia Constituinte do dia 03 de maio de 1977 contou com a presença, assinada, de 72 pesquisadores, chamados “sócios fundadores”. Na Assembleia seguinte, do dia 02 de agosto de 1977, compareceram 84 sócios. Foi decidido entre os pesquisadores que

⁵ Ata da Eleição da Primeira Diretoria, 03/10/1977. Livro de Atas da Diretoria

⁶ Ressalte-se que Linda Nahas não faz parte da lista de presença dessa Assembleia Constituinte, nem da segunda assembleia, dia 02 de agosto de 1977.

aqueles que comparecessem na segunda reunião também seriam considerados “fundadores”⁷.

Em suma, examinando as listas de presença das duas assembleias:

- 72 pesquisadores assinaram dia 03/05/1977
- 84 pesquisadores assinaram dia 02/08/1977. Destes, 22 nomes constavam também na primeira reunião; mas 62 compareciam pela primeira vez
- 135, portanto, é o número total de sócios-fundadores da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo⁸. Os nomes completos estão publicados no sítio online da APqC⁹.

OBJETIVOS DA APQC

Ao buscar conhecer o passado da APqC, um dos aspectos que primeiro nos desperta a curiosidade, por sua relevância, é o objetivo desse movimento. Com que finalidade esses pesquisadores se reuniram, debateram e decidiram fundar uma Associação?

Na assembleia constituinte, o engenheiro agrônomo Dr. Sylvio Franco do Amaral perguntou quais seriam os objetivos da associação ao que Dr. Reis lembrou, conforme constava no edital de convocação da assembleia, que seriam:

promoção e defesa dos Institutos de Pesquisa de SP, das atividades de pesquisa e de pesquisadores científicos ativos e inativos definidos pela lei número cento e vinte e cinco de dezoito de novembro de mil novecentos e setenta e cinco¹⁰

⁷ Cf. *Ata da Assembleia Geral Ordinária de 02/08/1977, Livro 1, folha 14, verso.*

⁸ Destes, os que não se enquadrassem nos critérios do estatuto, seriam automaticamente excluídos da APqC.

⁹ Os nomes dos sócios fundadores encontram-se no site da APqC, disponível em: <http://www.apqc.org.br/socios-fundadores.html> acessado em 13/11/2016.

¹⁰ Ata da Assembleia Constituinte de 03/05/1977

A partir daí, a ata registra longa ampla discussão acerca dos objetivos inicialmente estabelecidos e, no calor do debate,

“Dr [João Salvador] Furtado (...) intervém, acha que a associação é uma associação de classe e deve defender os pesquisadores e não os Institutos de Pesquisa

Dr. José Paulo Gonzaga de Lacerda, então médico veterinário no Adolfo Lutz, também aponta para “a promoção e defesa da classe dos pesquisadores científicos ativos e inativos do estado de SP”, enquanto dra. Alba Lavras e dr. João Salvador Furtado, propunham que os objetivos da Associação fossem defender a atividade de pesquisa, os Institutos e a classe dos pesquisadores abrangidos pela Lei Complementar número 125/75. dra. Walkyria Hunold Lara, por sua vez, apontava para uma redação que conjugava a

defesa da pesquisa científica e da classe dos pesquisadores científicos nos Institutos abrangidos pela lei complementar cento e vinte e cinco de dezoito de novembro de mil novecentos e setenta e cinco.¹¹

Dr. Rosseto manifestou-se a favor de se prender os objetivos a uma lei, para a associação não “vir a se perder”¹². “Dr Saul Shenberg se manifestava também nesse sentido, porque a lei tem número e data, definiria perfeitamente quem estaria incluído.

Na prática, ao tomar a Lei 125/75 – que criou a carreira de pesquisador no quadro dos servidores do estado de São Paulo – como critério definidor, a APqC excluiria alguns colegas pesquisadores: aposentados, temporários ou ainda servidores que não haviam sido aprovados pela Comissão de Regime de Tempo Integral (CPRTI). Por fim, o coletivo de sócios decidiu vincular a caracterização da Associação à lei 125, porém, foi além, abrindo exceção para abarcar os inativos (aposentados).

¹¹ Ata da Assembleia Constituinte de 03/05/1977, folha 6, verso.

¹² Idem, folha 4, verso.

Em última análise, o longo debate entre os fundadores para definir os objetivos da associação que nascia, era se a APqC deveria defender e promover os Pesquisadores, a Pesquisa ou os Institutos. **Noutras palavras, defender instituições ou a classe dos pesquisadores científicos?** Eis um aspecto fundamental para compreendermos a identidade e a história da APqC.

Recorramos ao Estatuto aprovado - após revisão pela Diretoria Provisória e transcrito no primeiro livro de Atas¹³ - que assim definia a Associação:

Artigo 1º - A Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo é uma sociedade civil sem fins lucrativos (...) e que se destina à defesa da pesquisa científica e dos Pesquisadores Científicos abrangidos pela Lei Complementar de 8-11-75.

Parágrafo único: Para efeito dessa associação consideram-se Pesquisadores Científicos, os cientistas em RTI, em atividade nos Institutos de Pesquisa abrangidos pela Lei Complementar no.125/75 bem como, os inativos que desenvolveram atividade de investigação científica nessas instituições em qualquer regime. (sic).¹⁴

Lê-se a **defesa da pesquisa científica** e, em seguida, a **defesa dos pesquisadores** no artigo que define e resume esse movimento. Assim, a “defesa dos Institutos de Pesquisa” não figura entre os **elementos caracterizadores** da instituição.

Todavia, nesse primeiro Estatuto aprovado pela APqC, a defesa dos institutos aparece, isto sim, arrolada entre as finalidades da associação:

Art. 3º São finalidades da APqC:

I- Congregar os Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo

¹³ Logo após a Ata do dia 03 de outubro de 1977, a redação, à mão, do Estatuto, ocupa as folhas 20 frente a 27 do citado livro.

¹⁴ Estatuto da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, 1977. Livro de Atas de Assembleias Gerais, (“Livro 1”). Transcrito após a Ata 03 de outubro de 1977, folha 20, frente.

II- Zelar pelos interesses e pelo bom nome da Associação;

III- Cultuar as tradições da ciência no estado de São Paulo;

IV- Assistir e defender os interesses da APqC e dos sócios, perante os poderes públicos em geral ou entidades autárquicas.

(...)

VIII- **Defender e zelar pela manutenção dos Institutos de Pesquisa** e da carreira de Pesquisador Científico, propondo medidas para seu aprimoramento, fortalecimento e consolidação (grifo meu)

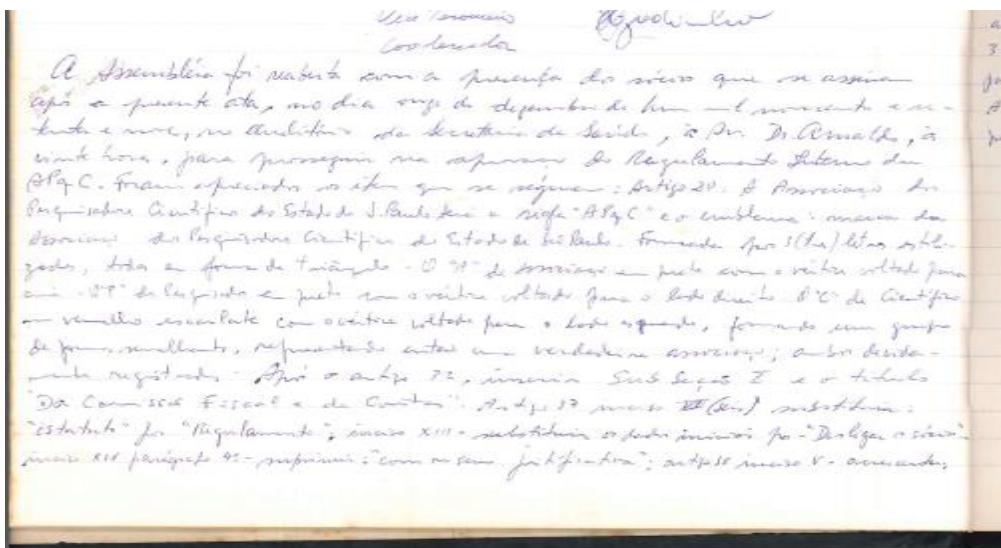
Vale notar que o Estatuto atual (2016) manteve inalterada essa redação acerca dos institutos, embora conste, agora, já no artigo 2º sob o cunho de “prerrogativas da APqC”¹⁵.

SIGLA E EMBLEMA

APqC, a sigla oficial da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, ficou estabelecida já no primeiro ano de existência da sociedade¹⁶. Bem como seu símbolo, o mesmo usado até o momento. Na Ata da Assembleia de 11 de dezembro de 1979 encontramos uma bela descrição do emblema:

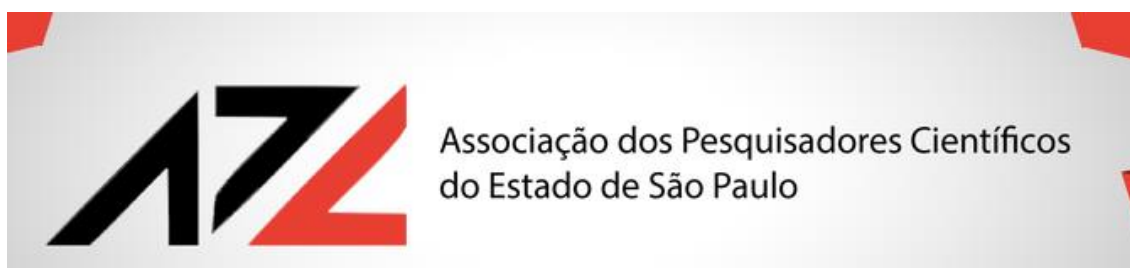
¹⁵ Vale notar que, após anos e alterações, o Estatuto atualizado (2016), mantém inalterado o texto do inciso VIII, que agora consta, entretanto, no artigo 2º sob o cunho de “prerrogativas da APqC”, Estatuto da APqC, alterado em 2016. Disponível em: <http://www.apqc.org.br/files/Estatuto-APQC-alterado-2016.pdf> acessado em 14/10/2016

¹⁶ conforme atesta o artigo 2º do Estatuto de 1977.



Foram apreciados os itens que se seguem: Artigo 2º: A Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de S. Paulo terá a sigla “APQc” e o emblema: marca da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo. Formado por 3(três) letras estilizadas, todas em forma de triângulo. O “A” da Associação em preto, com o vértice voltado para cima O “P” dos Pesquisadores em preto com o vértice voltado para o lado direito. O “C” de Científicos em vermelho escarlate, com o vértice voltado para o lado esquerdo, formando um grupo de formas semelhantes representando então uma verdadeira associação; ambos devidamente registrados¹⁷

Cores sóbrias e marcantes, a referência à sigla, APQc, e o uso da geometria na criação do símbolo – que está no limiar entre tipografia e figura – resultam no emblema minimalista e criativo. Tal criação contempla, em si mesma, duas características essenciais da Associação que surgia em 1977: sua racionalidade científica e, ao mesmo tempo, sua potência humanizadora.



¹⁷ Ata da Assembleia reaberta em 11/12/1979, folha 19 verso. Livro de Atas de Assembleias Gerais (etiquetado como Livro 3)

A CONJUNTURA HISTÓRICA

Se, em 1977, criava-se uma associação voltada para os interesses dos pesquisadores do estado de São Paulo, vale lembrar que já existiam, a nível federal e estadual, organizações civis para promoção da pesquisa e dos pesquisadores, por exemplo:

- Academia Brasileira de Ciências –ABC (1916)¹⁸;
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (1940)¹⁹;
- Fundação Oswaldo Cruz “Fiocruz” (1900); vinculada ao Ministério da Saúde
- Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq (1951), vinculado ao Ministério da Ciência.
- Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP (1960)

A pesquisa científica já tinha longa trajetória no Brasil – o Instituto Oswaldo Cruz, pioneiro, foi criado em 1900 – e era praticada, efetivamente, nos Institutos de São Paulo e nas Universidades. Contudo, foi somente em 1975 que o Governo de São Paulo criou a **carreira de pesquisador científico** nos quadros públicos, promulgando a Lei Complementar 125/75.

Especificamente no estado de São Paulo, a criação da FAPESP foi impulsionada por pesquisadores e professores da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e formalizada

¹⁸ “A Academia Brasileira de Ciências (ABC), fundada em 1916, é uma entidade independente, não governamental e sem fins lucrativos, que atua como sociedade científica honorífica e contribui para o estudo de temas de primeira importância para a sociedade, visando dar subsídios científicos para a formulação de políticas públicas. Seu foco é o desenvolvimento científico do País, a interação entre os cientistas brasileiros e destes com pesquisadores de outras nações”. fonte: http://www.abc.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=30 Acessado em 20/11/2016

¹⁹ “Missão: contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País; lutar pela qualidade e universalidade da educação em todos os níveis; defender os interesses dos cientistas; promover a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência; lutar pela remoção dos empecilhos e incompreensão que embaracem o progresso da ciência.” In: <http://www.sbpnet.org.br/site/a-sbpc/missao-visao-e-valores/> Acessado em 29/12/2016

pelo governador Carlos A. de Carvalho Pinto em 1960, após décadas de debates e tramitação do projeto de lei. A fundação começou a funcionar em 1962²⁰.

Ao traçar um breve histórico da institucionalização da pesquisa no Brasil, Oscar Sala demarca os anos 70 como início de uma nova fase:

3ª fase: iniciada na década de 70. Esta é caracterizada pelo reconhecimento explícito, ao nível de governo, que ciência e tecnologia são assuntos de Estado. Pela primeira vez, ciência e tecnologia figuravam expressamente no Primeiro Plano para o Desenvolvimento para o período 72-74, reconhecidamente como elementos fundamentais para a execução de uma estratégia de desenvolvimento. Imediatamente depois, durante o período 73-74, é aprovado o Primeiro Plano Básico para o Desenvolvimento da ciência e tecnologia.²¹

É nesse contexto que surge a APqC.

APQC E A LEI 125

A relação entre lei 125/75 APqC e a APqC é explícita e profunda. Tanto que no dia 3 de maio de 1977, na abertura da Assembleia Constituinte da APqC, dr. José Reis

ressaltou a grande conquista que foi a criação da carreira do Pesquisador Científico e a necessidade de protegê-la²²

A Lei 125/75 era vista como um avanço em duas frentes: o reconhecimento do profissional e, indiretamente, um modo de assegurar o desenvolvimento da pesquisa no Estado. A APqC nasce no bojo desta “conquista”, e o objetivo de “proteger” a profissão fica muito claro nas primeiras assembleias.

²⁰ FAPESP. “Criação e estruturação da FAPESP” (online) Disponível em: <http://www.fapesp.br/28> Ver também: “Linha do Tempo: 1960” <http://www.bv.fapesp.br/linha-do-tempo/249/carvalho-pinto-aprova-criacao-fapesp/> Acessados em 03/01/2017.

²¹ Oscar Sala. A questão da ciência no Brasil. Estudos Avançados, vol.5 no.12 São Paulo May/Aug. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200009 acessado em 29/12/2016

²² Ata 03/05/1977, Livro 1, folha 1, frente.

Enfim, é possível considerar a fundação da APqC como um largo passo para o desenvolvimento da pesquisa científica no Estado de São Paulo – e, dada a representatividade desse estado, conseqüentemente, para o Brasil.

APqC E O GOVERNO ESTADUAL

Salta aos olhos, na análise das atas, o uso de expressões como a “conquista” da Lei 125/75, “proteção” da carreira e “defesa da pesquisa e dos Institutos perante os poderes públicos”. Tais palavras evocam a sensação de luta, embate, jogo binário: defesa x ataque; proteção x ameaça. No mínimo, indicam-nos a possibilidade de certa tensão entre a classe dos pesquisadores e o Governo, ao menos do ponto de vista dos primeiros.

Por outro lado, contudo, a APqC conservou diálogo permanente e direto com autoridades do Governo Estadual, por meio de várias “audiências”, reuniões, principalmente à época da campanha pela equiparação salarial com as Universidades, iniciada em 1979, e o imbróglio em torno dos Decretos de reclassificação de pesquisadores, em 1981.

Apesar de as atas serem bastante nebulosas e ligeiras ao citar fatos, além de mencionar a realização dessas reuniões com autoridades, também deixa transparecer que a APqC não só buscou manter o diálogo, como também a cordialidade: a Associação evitou, ao máximo, apelar para soluções impactantes, como a via jurídica ou divulgação de fatos na imprensa.

A QUESTÃO DOS DECRETOS DE RECLASSIFICAÇÃO

Embora referida nas atas de forma enviesada, com “meias palavras”, a questão dos Decretos de reclassificação atormentou muito os associados. Como o assunto não se esgotava, a Assembleia Geral Ordinária de junho de 1981 não se encerrava. Desta maneira, no total o tema perdurou por seis meses, ou 8 “sessões” desta assembleia que ia sendo reaberta – o que, por si só, gerou questionamentos e controvérsias entre os sócios acerca da (in)conformidade com o regulamento²³.

²³ O assunto dos decretos, não esgotado, fez com que a Assembleia Geral Ordinária de 30/06/1981 permanecesse em aberto, gerando uma novidade nas atas: as reuniões posteriores foram nomeadas como “sessões”, continuação da Assembleia de 30/06 – atitude que mais tarde suscitou questionamento entre os sócios acerca da sua inconformidade com o Estatuto e Regulamento. Assim,

Para compreender o contexto histórico da questão sobre os decretos de reclassificação, cabe um breve relato do Pesquisador Carlos Jorge Rossetto (comunicação pessoal): “A Comissão Permanente de Regime em Tempo Integral (CPRTI) no Governo Paulo Egydio Martins (1975-1979) classificou de I a VI os pesquisadores nos termos da Lei 125. Não havia acesso. A lei do acesso só foi feita no governo de André Franco Montoro (1983-1987). Depois do Paulo Egydio vem o Governo Paulo Maluf (1979-1982) e este promove por decreto pesquisadores malufistas enquadrados pela CPRTI no nível I para o nível VI, ignorando a legislação. A ação popular em nome do presidente da APqC teve o efeito positivo de terminar com as promoções por decreto de malufistas. A ação foi vencida na primeira instância e vencida na segunda instância por 2 x 1 o que permitiu ao governo recorrer ao tribunal federal..... A Dra Alba me informou que os malufistas promovidos do I para o VI ficaram no VI”

Resumidamente, os decretos promoviam dois pesquisadores sem passar pelo trâmite tradicional da CPRTI. Isso abria um sério questionamento sobre a legalidade dos decretos, poderiam estar em desacordo com as leis precedentes sobre a carreira. Em reunião, os associados cambaleavam entre duas interpretações sobre os decretos: eram uma afronta à legislação da carreira, por ignorá-la deliberadamente - Dra Alba Lavras ousou falar, com todas as letras, em “arbitrariedade”²⁴ - ou, no mínimo, os decretos traçavam uma “interpretação errônea” da Lei 125/75. A grande polêmica foi, diante disso, que medida os pesquisadores deveriam tomar?

Vale ressaltar que, para os pesquisadores alvos dos decretos, entretanto, eles significavam uma promoção individual na carreira. Compreendemos, então, porque a reação da APqC aos Decretos era assunto tão polêmico e tão delicado. Ao mesmo tempo em que beneficiavam dois colegas da classe, os decretos “ferem pontualmente a Lei” da carreira (4477/1957), como afirmava Popílio Cavaleri, do IAC. Não bastasse isso, acrescentemos que pairava, naquele momento, a reivindicação pela equiparação salarial dos

a Assembleia Geral Ordinária de 30/06/1981 acabou se prolongando por 8 sessões, a última em 17/12/1981. A maioria dessas atas transcreve os debates, mas não especifica, não nomeia. Apenas ao final desses 6 meses, quando a APqC resolve entrar com medida judicial é que as atas deixam pistas de nomes e, podemos, então, pesquisar e identificar que se referiam a pelo menos dois Decretos: n. 17.169, de 5 de junho de 1981, e Decreto n. 17.039, de 20 de maio de 1981.

²⁴ Ata de 02/07/1981, “2ª sessão da Assembleia Geral Ordinária de 30/06/1981”. Livro de Atas das Assembleias Gerais (livro 3)

pesquisadores científicos com os pesquisadores das Universidades paulistas, bem como o andamento do processo acesso/ingresso na carreira. Enfim, “uma fase difícil” para a APqC. Nesse imbróglio, muitos associados temiam que uma ação declarada da APqC contra os Decretos pudesse abalar profundamente as relações com o Governo, prejudicando as demais reivindicações da classe. Tudo isso acontecendo em pleno contexto ditatorial, diga-se de passagem.

Havia posições radicalmente opostas entre os sócios, e entre a assembleia e a diretoria, a ponto de se cogitar a dissolução desta²⁵. A saída pela via jurídica foi postergada ao máximo. Havia verdadeiro temor dessa solução.

Na reunião do dia 09 de julho de 1981, o pesquisador do IAC, Antônio Carlos Pimentel “Wutke” (pesquisador científico aposentado e, mais tarde, presidente da APqC no biênio 1994-95) pressionava em favor de uma atitude:

(...) terminados os recursos e prazos administrativos a APqC deve tomar as devidas providências porque ela foi formada exatamente para atuar nas áreas onde na não há possibilidade de atuação dos órgãos oficiais (CPRTI) (...) marchamos para um esgotamento das medidas administrativas, chegando a um momento de atitudes jurídicas.

O presidente da APqC, Ventura, então esclarece que

desde o dia 11/06/1981 tem tentado audiência com o dr. Bandeira de Mello. Paralelamente procurou o contato com os srs. Secretários de Estado. Fez questão de sempre registrar o nosso desagrado com o que foi feito. **Apresentou uma lista de 26 audiências com os Secretários de Estado**, buscando o interesse da carreira do Pesquisador Científico. É importante que a Associação sinta o trabalho que vem sendo feito pela Diretoria.

O presidente relatou ainda o encontro, naquela mesma tarde, com o dr. Jatene – (1929-2014) médico, professor e então Secretário de Saúde – que teria elogiado a “tranquilidade” da APqC no trato da questão:

“O dr Jaténe, em despacho com o governador na semana passada, falou sobre os dois Decretos de reclassificação de pesquisadores científicos;

²⁵ Cf. Ata de 16/07/1981, “3ª sessão da Assembleia Geral Ordinária de 30/06/1981”, Livro Atas das Assembleias Gerais (Livro 3).

expôs que o assunto tinha aspecto ilegal. Aproveitou a oportunidade para abordar o problema do acesso/ingresso da carreira. **Disse que os Pesquisadores têm tido atitudes de maturidade, sensatez e procurava de uma forma tranquila resolver uma situação difícil (não aceitável).** Disse na audiência que não tinha tido oportunidade de discutir melhor o assunto e que dentro de alguns dias iriam apreciar particularmente os casos em pauta. (...) Da audiência participou a assessoria jurídica do dr. Jatene, para discutir e examinar os casos em face da lei 125(...).²⁶ [grifo meu]²⁷

Quando o pesquisador Aluizio (P. de Carvalho Alba) demonstrou-se preocupado com a demasiada atenção dada aos Decretos, temendo prejudicar o andamento do processo de acesso/ingresso na carreira, dra Alba Lavras foi enfática ao considerar que os Decretos não poderiam ser tolerados:

a carreira ultrajada por esse desrespeito não é mais carreira. Deve-se temer é acabar com a dignidade da carreira. O pedido de equiparação salarial é baseado na dignidade da avaliação²⁸.

Quando se tratou da divulgação na imprensa, contudo, dra Alba pareceu mais cautelosa:

A divulgação talvez traga desgaste para a carreira; provavelmente deva-se divulgar o conjunto das coisas

No dia 17/07/1981, dr. Whutke volta a defender uma atitude incisiva e provoca:

É chegado o momento de se saber se a classe é inferior mesmo ou se tem complexo de inferioridade

Ao lembrarmos que o Brasil vivia os tempos sombrios da Ditadura, compreendemos o grau de tensão. Apelar para uma ação legal contra os Decretos poderia desmoralizar qualquer traço da cordialidade e diálogo construídos entre APqC e Governo Estadual. Nesse xadrez, essa jogada poderia significar o início de uma luta declarada da classe contra o Estado. Além de tudo, recorrer às vias legais não implicava a certeza da vitória no âmbito de uma Justiça que era, ela própria, parte de um Estado autoritário.

²⁶ Reabertura da Assembleia do dia 30/06/1981, no dia 09/07/1981. Folha 51, frente e verso. In: Livro de Atas de Assembleias Gerais, “Livro 3”.

²⁷

²⁸

A dúvida com relação ao mérito jurídico do problema, tornava a decisão ainda mais difícil; os associados só entrariam com uma ação se tivessem certeza de que a legalidade poderia ser questionada. Apesar de a APqC recorrer a juristas, um associado clamou por um parecer técnico do dr. Bernardo Goldaman “que é quem mais entende que sobre a legislação e as leis da carreira do pesquisador científico”²⁹ (Goldman, advogado, foi assessor da CPRTI desde os anos 50 até fins de 2000, esteve profundamente envolvido na criação da carreira de pesquisador, em 1975).

Esgotadas as vias administrativas, os pesquisadores não se calaram. Partiriam para a temida via jurídica. Após muito debate, e com a publicação de mais decretos de reclassificação, em fins de 1982 deu-se entrada, finalmente, à medida no âmbito judiciário. Optou-se Ação Popular, já que feria a carreira e não um pesquisador em particular. Porém, a ação não se deu em nome da APqC, por se tratar de pessoa jurídica, mas titularizada por apenas um pesquisador – o que diminuiria também seu custo. Deu-se em nome de Herculano Penna Medina, já empossado como 3º Presidente da APqC (1982-1983), e a causa foi advogada por Dr. Adilson de Abreu Dallari. A ação se arrastou por longos anos...

APQC: ESPAÇO DEMOCRÁTICO

O modo como essa associação nasceu, se estruturou, debateu exaustivamente suas normas, Estatuto e Regulamento; constituiu assembleias abertas à múltiplas vozes e divergências demonstram o senso e prática democráticas. Na APqC, a política se dava através do diálogo e do respeito às regras coletiva e previamente estabelecidas.

Todavia, passagens curtas deixam-nos vestígios de que o cenário não era, assim, de amplas liberdades e direitos (fig.):

²⁹ O nome do pesquisador que fez tal afirmação está ilegível, possivelmente refere-se a (Ediomar) Angeluce. Ata de 16/07/1981, “3ª sessão da Assembleia Geral Ordinária de 30/06/1981”, Livro Atas das Assembleias Gerais (Livro 3), folha 59 verso.

uma reposta de que os assuntos devem ir para a Assembleia. Dra. Alba - manifesta-se dizendo que a Diretoria da APqC tomou todas as providências, de modo a evitar as medidas precavendo-se das atitudes mais agressivas. Houve as atitudes até aqui assumidas. Denuncia que o Estado de São Paulo (jornal) publica reportagem da demissão do Dr. Verdade, motivada por nomeação de Agromônio para o Instituto Agromônio de Campinas, de forma arbitrária. Sente que a situação caminha para uma atitude difícil pela arbitrariedade que comporta e pelos fatos arbitrários que se repetem. Acredita que a Diretoria da APqC até aqui trabalhou assumindo os fatos e estabelecendo os contatos necessários. Pensa que devem ser controladas as atitudes dos associados para evitar atitudes e sentimentos que possam ocorrer ações desordenadas, mesmo porque devem ser congregados os colegas em Assembleia Geral para discutir as medidas e ações. Para tanto é recomendável manter-se em aberto a Assembleia que se realiza. Dr. Presidente - acredita que para prosseguimento da Assembleia deve ter-se um local garantido, sem comprometer a posição e liberdade dos Diretores de Institutos. Sônia Dietrich - acredita que o fato não

Certa feita, debatendo sobre os Decretos e o acesso/ingresso, ao manifestar apoio à Diretoria, dra Alba Lavras alega que esta “tomou todas as medidas precavendo-se das atitudes mais agressivas”. A pesquisadora – sempre participante nas reuniões – alertava ainda: “devem ser controladas as atitudes dos associados”, sugerindo, então, a “congregação” dos associados por meio de Assembleias Gerais. Na mesma toada, o Presidente Armando Ventura (1980-1981) sugere que as assembleias fossem realizadas em “local garantido, sem comprometer a posição e liberdade dos Diretores de Institutos”³⁰

É plausível interpretar que havia um certo cuidado para que os associados não agissem individualmente, e que, mesmo envolvidos num embate contra o Estado, mantivessem o diálogo para não ocasionar problemas individuais nem prejudicar imagem da APqC perante o Estado. Tudo para evitar “atitudes mais agressivas” deste. Vale destacar: a APqC já havia sentido diretamente o peso do Estado militarizado. O apoio dos

³⁰ Ata de 30/07/1981

pesquisadores à campanha salarial, em 1979, desencadeou a intimação de alguns deles pelo DEOPS-SP³¹, o principal órgão da repressão.

Portanto, em contraste com o autoritarismo e opressão que marcavam o cenário político brasileiro, a APqC constrói, em seu âmago, uma micropolítica essencialmente democrática.

A DEFESA DOS INSTITUTOS DE PESQUISA

Recentemente, em 2015, pesquisadores do IAC- Campinas-SP foram pegos de surpresa com a transferência do acervo de insetos e pragas, raro e antigo, para São Paulo. Tratavam-se de coleções importantes, organizadas e geridas há tempo pelo IAC. Segundo pesquisadores, eles ficaram sabendo da transferência por meio de conversas informais, tentaram argumentar e impedir a ação; a imprensa local noticiou o apelo do IAC, mas, mesmo assim, o acervo foi levado para a capital³².

À revelia dos interesses da classe também tramitou na Assembleia Legislativa de São Paulo em 2016, o Projeto de Lei número 328, “que propõe a venda de 79 imóveis públicos, incluindo institutos com 16 áreas de pesquisa, descritas no texto [da lei] como “inservíveis ou de pouca serventia”³³. O objetivo do Estado é arrecadar e minimizar sua crise financeira.

Os pesquisadores se mobilizaram e levaram o caso à Justiça, alegando inconstitucionalidade do projeto. Em junho o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) concedeu liminar suspendendo a tramitação³⁴. Todavia, o mesmo magistrado que sustara o projeto, por fim autorizou, em agosto, a venda da área do Instituto Agrônomo de

³¹ Cf. Ata referente à *Assembleia Geral Extraordinária Permanente, de 07 maio de 1979*. Livro de Assembleias Gerais (Livro 1), folha 10, frente e verso.

³² Inaê Miranda. “Estado transfere acervo histórico do IAC à Capital”. *Correio Popular*, Campinas, 14/09/2015. Disponível em:

http://correio.rac.com.br/conteudo/2015/09/capa/campinas_e_rmc/378403-estado-transfere-acervo-historico-do-iac-a-capital.html

³³ TOMAZELA, José Maria. “Ciência x Política”. In: *Revista Agro DBO*, agosto de 2016, pp. 44-47

³⁴ G1 Globo.com. “Justiça suspende projeto de Alckmin de venda de R\$ 1,4 bilhão em imóveis”. 07/06/2016.

Campinas (IAC) em Jundiaí³⁵. Apesar das manifestações contrárias e todos os esforços jurídicos por parte da APqC, no dia 14 de dezembro de 2016 o governador Geraldo Alckmin referendou o projeto: foi promulgada a Lei nº 16.338.

Nesta luta a APqC e os Institutos foram derrotados. A lei 16.338 “autoriza a alienação dos imóveis que especifica e dá outras providências”³⁶.

Diante do cenário atual relatado pela APqC em releases e imprensa, chama a atenção as palavras de ordem “defender” ou “zelar pela manutenção dos Institutos”. Essas questões estavam presentes já em 1977, na fundação da APqC – tais prerrogativas constam no primeiro Estatuto da APqC, já comentado anteriormente.

Realizemos, assim, um grande salto no tempo e voltemos à Assembleia fundacional em 03/05/1977. Neste dia, cerca de 70 pesquisadores discutiam os objetivos da Associação que fundavam. Um dos membros advoga que a Associação teria por finalidade a **defesa dos Institutos** e não apenas dos pesquisadores, como argumento citou o fato do Instituto de Zootecnia ter sido transferido para Nova Odessa contra a vontade da diretoria (fig. Abaixo grifo meu).

³⁵ GUIN, Conrado. “Tribunal de Justiça libera venda do terreno do IAC”. *JJ*, Jundiaí, 04/08/2016. Disponível em: <http://www.jj.com.br/noticias-33774-tribunal-de-justica-libera-venda-do-terreno-do-iac>

³⁶ SÃO PAULO. Lei n. 16338, 14 de dezembro de 2016. Autoriza a alienação dos imóveis que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16338-14.12.2016.html> Acessado em: 07/01/2017

ram Clugar os pesquisadores e em segundo os Institutos de
Pesquisa. Dr. Alba concorda explicando que não cabe
 a uma entidade de classe defender os Institutos do gover-
 no. Dr. Ventura propõe então que os objetivos sejam a pro-
 moção e defesa das atividades de pesquisa e dos pesqui-
 sadores científicos. Dr. Rossetto, como presidente da mesa,
 pede que as propostas de redação dos objetivos devem ser
 encaminhadas por escrito. Mostra ainda que os objeti-
 vos aprovados por uma assembleia poderão ser mudados
 por outra assembleia. Um dos pesquisadores insiste na
 definição das ideias e que a redação final dos objeti-
 vos poderá ser feita pela diretoria provisória. O impor-
 tante é estabelecer quais são os pesquisadores que a Asso-
 ciação irá defender, o que já ficou definido. Um dos
 pesquisadores pede a palavra para dizer que a Associação
 que deverá também defender os Institutos de Pesquisa,
 porque, desse modo estaria defendendo os pesquisado-
res. Cita como exemplo o fato do Instituto de Zootec-
 nia ter sido transferido para Nova Odessa contra a
vontade da diretoria e dos pesquisadores da Institui-
ção. Nesse caso a Associação poderia ter intervido jun-
 to ao governo. Dr. Rossetto repete a palavra propondo

Como se percebe, a defesa do patrimônio, dos Institutos destinados à pesquisa, bem como o embate entre os pesquisadores científicos e o Governo não são novidades na agenda da APqC. Ao contrário, estão colocadas desde sua fundação.

Não seria, enfim, essa a vocação da APqC: lutar não só pelos interesses dos profissionais, mas pelo desenvolvimento da pesquisa pública, o que tangencia ideais de democracia e bem comum?

O PAPEL DO PESQUISADOR CIENTÍFICO

Em meio à atual crise gerada pela Lei 16.338/2016, autorizando venda de área de Institutos de Pesquisa, o então presidente da APqC, dr. Joaquim Adelino de Azevedo Filho deu uma entrevista na qual deixa transparecer a visão sobre o papel do Pesquisador Científico e da pesquisa estatal:

Esse desmantelamento do Estado vem ocorrendo há vários anos. Nós temos falado sobre isso. Mas o governo não senta para conversar nem

com a comunidade científica nem com a população pra ela decidir o que ela precisa. **Nós, tanto da área da Saúde, Meio Ambiente e Agricultura, nós temos essa visão da importância da pesquisa pública para diminuição da desigualdade.** Porque nenhuma empresa está interessada em fazer vacina para dengue. Nós temos aí o Instituto Butantã, que está trabalhando com vacina para Dengue, vacina contra o Zika, vacina contra Febre Amarela – que já trabalhou a vários anos atrás e hoje nós temos a tecnologia. Por que? São doenças que atingem muito mais a camada da população... pobre.

Várias linhas de pesquisa estão sendo encerradas por falta de pesquisador e de funcionários.

[...]

Que se fosse verificado também a questão da Segurança Alimentar, como nos já conversamos aqui, e do pequeno agricultor, para que ele fosse mais presente nas pesquisas dessas instituições, principalmente da área agrícola. Uma vez que as grandes empresas têm como financiar sua própria pesquisa, contratar pesquisador, enquanto que o pequeno agricultor não tem essa capacidade nem essa mobilidade. Talvez se eles se unissem, e fizessem através de cooperativas, essas coisas - isso já foi feito – eles também conseguiriam ter recursos para trabalhar a questão da pesquisa. Mas a maioria são individuais e, com isso, não tem essa agregação, até mesmo para exigir e levar suas demandas para o governo. **Era preciso que se fosse feita uma análise, realmente, de “para quem o Estado quer trabalhar.”**³⁷ [grifo meu]

É de longa data a consciência de que o ofício do Pesquisador Científico é peculiar e difere da pesquisa de agências privadas, vinculadas estritamente aos interesses mercantis. O engajamento dos pesquisadores científicos está presente desde os debates para a criação da carreira, em 1975³⁸.

Rosseto salientou a importância da Carreira de Pesquisador como instrumento de defesa da autonomia da pesquisa do Estado de SP³⁹

³⁷ *Pesquisa científica pública em vias de extinção em São Paulo*. Portal DBO. Entrevista do jornalista Richard Jakubaszko com Joaquim Azevedo Filho, presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo. Disponibilizado em 17/06/2016., <https://www.youtube.com/watch?v=vGEzk85Tl64> Acessado em 06/09/2016.

³⁸ Cf. Depoimentos dos pesquisadores no vídeo: *A carreira de Pesquisador Científico – 40 anos da carreira*. Realização: APqC. Produzido por Komunica Assessoria de imprensa; Jornalista: Luciana Barros, Historiadora: ms. Patrícia Freitas. Publicado em 24/11/2015, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n7687_gdzqI Acessado em: 20/10/2016

³⁹ Ata Assembleia 13/02/1979. Livro Atas de Assembleias Gerais, livro 3.

Não obstante os pesquisadores sejam servidores do Estado, ficou claro, desde a fundação da APqC, que a associação atuaria de forma autônoma e acima de interesses político-partidários⁴⁰. Contudo, a tarefa nunca foi fácil. Já vimos que as ameaças de extinção de alguns Institutos são fatos antigos e que hoje se repetem, mas não é só. Desde 1982 já se ouvia o Governo falar e defender abertamente a transformação dos Institutos em empresas, a exemplo da Embrapa, o que agitou os nervos dos pesquisadores.

Ameaças e ações aviltantes à autonomia dos pesquisadores e Institutos - além das questões salariais e os Decretos, comentados anteriormente - o início dos anos 80 foi deveras crítico. Nesta crise, algumas lideranças anteviam a necessidade de uma reflexão profunda sobre o papel do pesquisador. Dr Oswaldo Sant'Anna (I. Biológico) observava que

que devemos nos preocupar, no momento, com os aspectos filosóficos e sociais da pesquisa e do pesquisador nos Institutos (...) uma vez que parece haver certa apatia dos Coordenadores das Secretarias e dos Diretores dos Institutos, quanto à mentalidade científica; a Dra Alba observou que parece existir um plano para o enfraquecimento dos órgãos de pesquisa, algumas vezes com a conivência de Diretores escolhidos para este fim e que a [PDF 62] sugestão do Dr. Sant'Anna, para um trabalho de base, é necessário, para se analisar a função do PqC, da sua situação real frente à pesquisa, e que este parece ser um momento de pseudo, de medo; o Dr. Sant'Anna diz que não acredita no medo, mas no comodismo.⁴¹

Assim, naquele mesmo ano, o Centro de Debates da APqC realizou uma mesa sobre Filosofia da Ciência, segundo proposta do Dr. Gianotti, e foi conduzida pela filósofa Marilena Chauí. A respeito desse debate, o associado Dr Arlindo Sales, apontou “o quanto é necessária esta formação humanística que poderá levar ao questionamento de nossas funções e responsabilidades”⁴², enquanto Dra Alba Lavras concluía que

⁴⁰ Consta no Regulamento Interno Art.12: “a APqC não poderá se envolver em questões político-partidárias e/ou religiosas (...), registrado em Ata no Livro de Atas de Assembleias Gerais (Livro3), bem como no Estatuto atual, de 2016, no artigo 1º, que define a associação “(...) sem cunho político ou partidário”.

⁴¹ Ata de 26/04/1982, folha 88 frente e verso. Livro de Atas de Assembleias Gerais (Livro3)

⁴² Ata *Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/06/1982* [iniciada em 21/01/1982, a Assembleia estava em sua 6ª sessão], folha 92, frente. Livro de Atas das Assembleias Gerais (Livro 3)

a referida mesa redonda foi o início de uma formação humanística do PqC, e que a especialização nos leva a exercer nossa atividade de forma um tanto afastada da população⁴³.

A mudança nas relações pessoais contemporâneas; a celeridade do trabalho, o individualismo, a especialização, o trabalho isolado no laboratório e vários outros fatores contribuem para o progressivo distanciamento dos pesquisadores em relação à sociedade e aos próprios colegas. Isso não é, todavia, questão recente, como se nota na passagem acima. Acrescente-se, neste âmbito, que já nos primeiros anos de existência, a APqC enfrentava reuniões com baixo quórum, bem como se queixava do fraco envolvimento de alguns coordenadores e Institutos.

A APqC nasceu e se consolidou como uma associação de classe, ou seja, seu papel é defender os interesses dos pesquisadores. Ao fazê-lo, acaba lutando pelas melhorias dos locais e condições de trabalho. Ou seja, inevitavelmente a atuação da APqC esbarra na defesa dos Institutos de Pesquisa e do desenvolvimento da pesquisa paulista – que, em última análise, “é patrimônio nacional”, como observava dr. João Regis Guillaumoun⁴⁴.

O grupo de pesquisadores envolvidos na criação da carreira, em 1975, certamente possuía convicção da importância social do pesquisador. Além de terem estabelecido o diálogo direto entre pesquisador e sociedade – dr. José Reis sendo o grande exemplo – os fundadores da carreira tinham consciência de que se tratava de um trabalho diferenciado e nisto residia sua paixão pela profissão. Conforme declararam, mesmo mediante propostas mais atraentes – a nível financeiro e de carreira – para atuar em Universidades ou agências particulares, esses pesquisadores insistiram em continuar nos Institutos e lutar pela criação da carreira de pesquisador científico.

Assim sendo, os pesquisadores da APqC, – ao menos o grupo mais engajado e participativo das assembleias – estavam imbuídos da ideia que a missão do Pesquisador Científico vai além de realizar a sua própria pesquisa; significa comprometer-se com uma pesquisa autônoma. Havia, desde o início, a consciência de que a pesquisa na esfera pública se contrapõe aos interesses, particulares e restritos, das pesquisas em agências

⁴³ Idem, folha 91, verso.

⁴⁴ Ata de 31/03/1982, reabertura da Assembleia Geral Extraordinária de 21/01/1982, segunda sessão. Livro de Atas de Assembleias Gerais (Livro 3)

privadas. Noutras palavras, o pesquisador científico deve preservar a autonomia da pesquisa porque ela é fundamental para uma pesquisa que vise o bem comum, a melhoria da sociedade e não interesses estritamente mercadológicos.

Paixão, amor, dedicação são ingredientes já conhecidos dessa alquimia ⁴⁵. 40 anos atrás, a APqC aglutinava os pesquisadores científicos e se tornava a porta-voz da classe. Desde então, ela luta pelos salários, pelas promoções, pela regulamentação; promove debates, publica pesquisas. Mas, acima de tudo, a APqC defende a carreira de pesquisador científico e, deste modo, assegura a manutenção da pesquisa pública – uma atividade que não é só de interesse dos pesquisadores. É interesse de toda a sociedade.

MAIS UMA MISSÃO

A crise da APqC com o Governo Estadual em 2016 e 2017 – que culminou recentemente na autorização da alienação de áreas de pesquisa – nos leva a duas constatações importantes sobre o estado atual da Associação:

- A APqC reafirma sua convicção de que a atividade do pesquisador científico é de extrema relevância para o desenvolvimento e progresso do estado e do país.
- Contrariamente à perspectiva da APqC, a pesquisa é vista, pelo Governo, como ineficiente e como onerosa para o Estado, justificando cortes financeiros sob alegada austeridade. Na balança das vozes, a do governo estadual tem prevalecido.

Retomar os comentários de dra. Alba e dr. Arlindo Sales naquela assembleia, nos idos de 1982, pode ser um caminho crucial e inevitável para compreender, e quiçá redefinir, os rumos dos pesquisadores científico: quais as “funções e responsabilidades” do

⁴⁵ Cf. Depoimentos dos pesquisadores no vídeo: *A carreira de Pesquisador Científico – 40 anos da carreira. You tube APqC*

pesquisador? A “especialização nos leva a exercer nossa atividade de forma um tanto afastada da população”?

O distanciamento da sociedade, a desagregação entre os próprios pesquisadores, o desconhecimento do trabalho global, das pesquisas realizadas, das vitórias bem com dos problemas enfrentados, tudo isso fatalmente prejudica o engajamento social pela pesquisa. Os próprios pesquisadores e, sobretudo, a sociedade, parecem estar apáticas diante de mudanças substanciais e irreversíveis.

Desde 1977 a APqC é a voz dos pesquisadores do estado de São Paulo. Assim, a história dos pesquisadores científicos, e da pesquisa, em São Paulo passa pela APqC. E há de ser contada por ela. Com o passar dos anos, essa é mais uma missão que desponta, urgente e que a APqC – sob a presidência de Joaquim Adelino de Azevedo Filho –corajosamente se dispõe a encarar, apesar das sabidas dificuldades financeiras e estruturais. Mais um desafio que a APqC enfrenta, mais um papel a cumprir: escrever a sua história, que é enfim, patrimônio de todos nós.

A construção e preservação da memória e da história da APqC é um meio de fortalecer sua identidade, um canal para (re)construir os laços entre seus associados; entre a instituição e o poder público e, principalmente, entre a APqC e a comunidade. Porque a pesquisa científica do Estado de São Paulo é plantada pelos pesquisadores, mas colhida por todos os paulistas.

* A pesquisa é uma iniciativa da APqC e produzida pela jornalista Luciana Barros (Komunica Assessoria) em parceria com historiadoras.

** Historiadora; Mestra em Teoria e Crítica Literária.

ADENDO 1 – A SEMENTE DA CRIAÇÃO DA APqC

(Entrevista com o Pesquisador Ruter Hiroce, dezembro 2022)

O pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Ruter Hiroce, é reconhecidamente um dos maiores especialistas do Brasil na área de adubação e nutrição de plantas. Mesmo aposentado, aos 86 anos, o agrônomo continua sendo convidado para palestras e entrevistas sobre o trabalho que desenvolveu por mais de 40 anos.

Além da contribuição científica prestada à sua área de atuação, Hiroce se notabilizou também como viajante. Reportagens veiculadas na imprensa nacional chegaram a classificá-lo como “o maior turista do mundo”. Os números impressionam: foram 151 países e 865 cidades visitadas ao longo da vida.

No entanto, o que pouca gente sabe, é que Hiroce exerceu papel determinante na criação da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), oficializada em 2 de agosto de 1977. Na ata de fundação, a sua assinatura é a segunda da lista, atrás apenas a do médico patologista José Reis, convidado para ser o presidente de honra da entidade.

Em entrevista ao site da APqC, Ruter Hiroce fala de sua trajetória como pesquisador e relembra os bastidores da fundação da Associação.

APqC – Como foi que o senhor começou a se interessar pela agronomia e como se deu o ingresso na carreira de pesquisador?

Hiroce – Foi um caminho natural. Meus pais eram japoneses da cidade de Fukui e eram agricultores. Eles vieram para o Brasil incentivados pela política de imigração e colonização no começo da década de 1940 e se estabeleceram em um pequeno sítio em Parintins, no estado do Amazonas. Foi lá que eu nasci, pouco depois da chegada deles, e cresci em meio à uma plantação de arroz.

APqC – Nessa época, o senhor já pensava em ser agrônomo?

Hiroce – Não, não. Eu era só uma criança. Essa vontade nasceria quase que por um acaso, anos mais tarde. Antes disso, a gente se mudou para Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, porque os mosquitos e as pragas da Amazônia não deixavam a plantação de arroz ir para frente em Parintins. Lá era difícil, então os pais decidiram buscar outras terras.

Moramos em Mogi das Cruzes e depois em Viçosa, no estado de Minas Gerais. Foi quando meus pais deixaram o arroz de lado e passaram a plantar tomate, pepino e pimentão. Dessa vez, a coisa deu certo.

APqC – O senhor disse que a agronomia cruzou o seu caminho por acaso. Como foi isso?

Hiroce – Na verdade, nunca pensei em estudar agronomia por ter vocação. Eu fui estudar agronomia na Universidade Federal de Viçosa porque era o curso menos custoso para os meus pais – e também porque a faculdade era a mais próxima de nossa casa. Eu gostava de lidar com a terra, mas até então não pensava em trabalhar profissionalmente com isso.

APqC – E como o senhor chega ao IAC?

Hiroce – Em 1964, três anos depois de formado e de ter trabalhado sem muita vontade em uma fábrica de pesticida, um conhecido me convidou para trabalhar como químico analítico no IAC. Eu entrei com o Fundo de Pesquisa do IAC, que na época era usado para contratar pesquisadores temporários. Mas, como gostaram muito do meu trabalho, disseram para eu estudar para o concurso e me deram todo apoio. Fui efetivado anos mais tarde e só saí do IAC aposentado. Na verdade, acho que nunca saí, né? Eu ainda tenho amigos lá e as pessoas ainda me procuram para falar do meu trabalho na área de adubação e nutrição de plantas.

APqC – O senhor teve papel importante na fundação da APqC. Poderia falar um pouco sobre as suas lembranças?

Hiroce – A carreira de pesquisador científico havia acabado de ser reconhecida por lei e o meu colega Carlos Jorge Rossetto sentiu a necessidade de criar uma associação para representar a categoria. Na época, acho que em 1976, ele convidou alguns amigos para discutir a redação de um estatuto. As reuniões aconteciam na casa do próprio Rossetto. Era um tempo bom de muito idealismo. A gente acreditava que estava fazendo algo importante pelo coletivo.

APqC – O senhor se lembra de quem mais estava nessas primeiras reuniões?

Hiroce – Não sei se vou me lembrar de todo mundo, mas havia o José Bertoni, o Ivan José Antunes Ribeiro, o Arnaldo Guido de Souza Coelho e o Condorcet Aranha. Eram pesquisadores de várias áreas, representando vários institutos. Essa diversidade era importante para não parecer que seria uma associação de agrônomos. Tomamos muito café na casa do Rossetto até chegar a um consenso e aprovar os termos do estatuto.

APqC – O professor José Reis é o primeiro presidente da Associação. Como ele entra nessa história?

Hiroce – A ideia de convidar o José Reis para ser o primeiro presidente foi do Rossetto e nós acatamos. Ele não participou das primeiras reuniões, mas era um cientista renomado na época, era médico e também jornalista. Desenvolvia um trabalho fundamental de divulgação científica, algo novo na época. Ele aceitou a missão e foi o primeiro a assinar a ata de fundação, como forma de avalizar a entidade.

APqC – E por que o senhor é o segundo nome da ata?

Hiroce – Foi só uma coincidência. Não tem nada a ver com ser mais ou menos importante do que alguém. Ocorre que, no dia marcado para assinar a ata de fundação, que se deu em 1977 no salão do Instituto Biológico, cheguei mais cedo do que o resto do pessoal e acabei sendo o primeiro a assinar. Acho que o Condorcet Aranha, que foi de carona no meu carro, foi o segundo a assinar. O local destinado à assinatura de número 1 estava em branco, porque o José Reis estava ocupado no momento e só poderia assinar depois. Então assinei embaixo e foi assim que me tornei o sócio de número 2 da APqC.

APqC – Qual era a grande reivindicação dos pesquisadores na época de fundação da APqC?

Hiroce – Era e continua sendo a equiparação salarial, né? No princípio, os vencimentos dos pesquisadores eram iguais aos dos professores universitários, mas depois houve uma mudança e fomos ficando defasados. Estamos nessa luta até hoje, avançamos em várias frentes, mas ainda não conseguimos resolver essa questão. Mas uma coisa eu garanto: sem a APqC teria sido tudo mais fácil para os governantes e secretários. Nós somos a pedra no sapato deles.

Bruno Ribeiro, para o portal da APqC em dezembro de 2022